

## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 18/XII/3.<sup>a</sup> SL

Aos 20 dias do mês de novembro de 2013, pelas 10 horas e 35 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1. **Distribuição de iniciativas legislativas;**
2. **Distribuição de iniciativas europeias;**
3. **Eleição do Vice-Presidente indicado pelo Grupo Parlamentar do PS, na sequência da substituição do Deputado Sérgio Sousa Pinto;**
4. **Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE para audição da Ministra da Justiça relativamente ao anteprojeto do Regime de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais;**
5. **Apreciação e votação do parecer sobre a seguinte iniciativa:**  
proposta de lei n.º 172/XII/3.<sup>a</sup> (GOV) - Estabelece os princípios e as regras do intercâmbio transfronteiriço de informações relacionadas com a prática de infrações rodoviárias praticadas com utilização de veículo matriculado num Estado-Membro distinto daquele onde a infração foi cometida, e transpõe a Diretiva 2011/82/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2011, que visa facilitar o intercâmbio transfronteiriço de informações sobre infrações às regras de trânsito relacionadas com a segurança rodoviária.  
**Relator: Deputado António Gameiro (PS)**
- 6 **Apreciação e votação das atas n.ºs 2 a 13/XII/3.<sup>a</sup>, correspondentes, respetivamente, às reuniões de 17 de setembro e de 2 a 30 de outubro de 2013;**
- 7 **Outros assuntos.**

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Fernando Negrão, começou por ser distribuída a seguinte iniciativa legislativa:

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 18/XII/3.<sup>a</sup> SL**

**PROPOSTA DE LEI**

N.º AUTOR	ASSUNTO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA
185/XII/3. <sup>a</sup> (GOV)	<a href="#"><u>Procede à primeira alteração à Lei n.º 36/2003, de 23 de agosto, em cumprimento da Decisão n.º 2009/426/JAI do Conselho, de 16 de dezembro de 2008, relativa ao reforço da Eurojust e que altera a Decisão n.º 2002/187/JAI relativa à criação da Eurojust a fim de reforçar a luta contra as formas graves de criminalidade</u></a>	Ana Catarina Mendonça Mendes (PS)

Em seguida, foi distribuída a seguinte iniciativa europeia:

Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa aos trabalhadores marítimos e que altera as Diretivas 2008/94/CE, 2009/38/CE, 2002/14/CE, 98/59/CE e 2001/23/CE [COM(2013)798] — Deliberado não escrutinar.

No terceiro ponto da ordem do dia, teve lugar a eleição de um Vice-Presidente, Deputado Filipe Neto Brandão, indicado pelo Grupo Parlamentar do PS, que foi eleito, por unanimidade, na ausência do PEV.

Procedeu-se, depois, à apreciação do requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, para a audição da Senhora Ministra da Justiça relativamente ao anteprojeto do regime de organização e funcionamento dos tribunais judiciais. A Senhora Deputada Cecília Honório (BE) justificou a apresentação do requerimento pelo facto de esta ser uma matéria de enorme sensibilidade para a sociedade portuguesa e de a Senhora Ministra da Justiça não ter sido clarificadora nas explicações que deu em sede de debate, na especialidade, do Orçamento do Estado para 2014, tendo os Senhores Deputados Filipe Neto Brandão (PS) e António Filipe (PCP) se manifestado a favor da viabilização da referida audição. O Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD) e a Senhora Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP) pronunciaram-se contra a realização da audição neste momento, alegando não fazer sentido ouvir a Ministra da Justiça durante a fase de consultas e quando não está ainda encontrado um mapa judiciário concreto. O Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD) mencionou,

## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 18/XII/3.<sup>a</sup> SL

igualmente, o compromisso assumido pela Ministra da Justiça de, terminada a fase de consultas, no prazo de 30 dias, ser ouvida sobre esta matéria na Comissão.

Terminado o debate e submetido a votação, o requerimento do BE foi rejeitado, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP e do BE, registando-se a ausência do PEV.

No ponto seguinte da ordem do dia, foi apreciado o parecer sobre a [proposta de lei n.º 172/XII/3.<sup>a</sup> \(GOV\)](#) - Estabelece os princípios e as regras do intercâmbio transfronteiriço de informações relacionadas com a prática de infrações rodoviárias praticadas com utilização de veículo matriculado num Estado-Membro distinto daquele onde a infração foi cometida, e transpõe a [Diretiva 2011/82/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2011](#), que visa facilitar o intercâmbio transfronteiriço de informações sobre infrações às regras de trânsito relacionadas com a segurança rodoviária, que foi apresentado pelo respetivo relator, Deputado António Gameiro (PS) e, após um breve debate, foi aprovado (partes I e III) por unanimidade, na ausência do PEV.

No sexto ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente colocou à votação as atas n.ºs 2 a 13/XII (3.<sup>a</sup>), correspondentes às reuniões de 17 de setembro e de 2 a 30 de outubro de 2013, que foram aprovadas por unanimidade, na ausência do PEV.

No ponto relativo a «Outros assuntos», a Senhora Deputada Cecília Honório (BE) lançou um repto à Comissão no sentido de promover um debate alargado sobre as questões relacionadas com a violência contra mulheres e as obrigações internacionais decorrentes da aprovação da Convenção de Istambul, enquanto iniciativa global da Comissão em articulação com a Senhora Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade. A Senhora Deputada Elza Pais (PS) e o Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD) acompanharam a sugestão apresentada, tendo a Senhora Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP) também sublinhado que o facto de haver unanimidade em torno desta matéria permite agilizar algumas iniciativas conjuntas que se prendem com outras obrigações internacionais, além das da Convenção de Istambul, e que podem ser tratadas em conjunto, missão que qualificou de muito ambiciosa. Por fim, o Senhor Presidente sugeriu que a Senhora Deputada Cecília Honório (BE) apresentasse um documento-base de trabalho para dar impulso ao tratamento destas matérias.

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 18/XII/3.<sup>a</sup> SL**

Em seguida, o Senhor Deputado António Filipe (PCP) informou que o PCP apresentaria um requerimento solicitando a audição do Secretário-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa, para obtenção de esclarecimentos acerca da forma que revestem os mecanismos de cooperação entre os serviços de informações portuguesas e os serviços congéneres de outros países.

Por último, o Senhor Deputado Luís Pita Ameixa (PS) chamou a atenção para os acontecimentos graves ocorridos no Estabelecimento Prisional de Castelo Branco, que envolveram a fuga de prisioneiros e o ferimento de guardas prisionais, e sugeriu que fosse agendada uma visita a esse estabelecimento prisional como forma de manifestar a preocupação e o acompanhamento pela Comissão deste assunto, sugestão que foi secundada pelo Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS). Associaram-se a esta preocupação, além do Senhor Presidente, os Senhores Deputados Hugo Velosa (PSD), Cecília Honório (BE), António Filipe (PCP) e Teresa Anjinho (CDS-PP), mas expressaram algumas reservas quanto à realização da visita ao referido estabelecimento prisional por entenderem que o acompanhamento dos problemas do sistema prisional e as diligências a efetuar pela Comissão não devem ser reativas, sob pena de poderem ser entendidas como inquiridoras, mas, sim, pró-ativas.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 11 horas e 35 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 20 de novembro de 2013

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO**



**(FERNANDO NEGRÃO)**

**Nota: Aprovada em 04-12-2013**

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E  
GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 18/XII/3.<sup>a</sup> SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto  
António Filipe  
António Gameiro  
Carlos Peixoto  
Cecília Honório  
Fernando Negrão  
Filipe Neto Brandão  
Francisca Almeida  
Hugo Lopes Soares  
Hugo Velosa  
Isabel Alves Moreira  
Jorge Lacão  
Luís Pita Ameixa  
Maria Paula Cardoso  
Paulo Simões Ribeiro  
Telmo Correia  
Teresa Anjinho  
Teresa Leal Coelho  
Ana Catarina Mendonça Mendes  
Correia de Jesus  
Luís Montenegro  
Marcos Perestrello  
Margarida Almeida  
Nuno Sá Costa

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Oneto  
José Luís Ferreira  
Paulo Rios de Oliveira

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

João Lobo